

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**SIMONSEN, Roberto Cochrane** (Rio de Janeiro, 1889 – Rio de Janeiro, 1948)

Filho de Sidnei Martin Simonsen, cidadão inglês radicado no Brasil, e de Robertina da Gama Cochrane, descendente de família escocesa, Roberto Cochrane Simonsen nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1889. Cresceu em Santos, local onde realizou os estudos primários no Colégio Tarquínio da Silva. Ainda muito cedo, mudou-se para São Paulo, passando a residir com o seu avô materno, Inácio Wallace da Gama Cochrane, que exerceu sobre ele forte influência, decisiva nas suas futuras escolhas profissionais. Na capital paulista, cursou o secundário no Colégio Anglo-Brasileiro. Com apenas 14 anos, Roberto Simonsen ingressou na Escola Politécnica de São Paulo, instituição criada em 1893 com a finalidade de proporcionar uma formação técnica alinhada ao projeto de modernização da elite paulista. Concluiu ali o curso de Engenharia Civil em 1909, ano em que principiou a sua trajetória profissional na *Southern Brazil Railway*, uma das mais importantes empresas ferroviárias da época. Em 1911, casou-se com Raquel Cardoso e, no mesmo ano, passou a trabalhar na Prefeitura de Santos, chegando a exercer o posto de engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos. Em 1912, retirou-se da Prefeitura de Santos para fundar a *Companhia Construtora de Santos*, empresa pioneira em planejamento urbanístico, obras de pavimentação e construção de prédios públicos. Nos anos subsequentes, Simonsen veio a ampliar consideravelmente os seus negócios, envolvendo-se em empreendimentos importantes, como as construções do bairro operário em Vila Belmiro e de estabelecimentos militares em várias regiões do país.

A sua maior preocupação intelectual nesse período esteve associada ao tema da organização do trabalho, dando ênfase à importância do trabalho coletivo, organizado e colaborativo. Nos debates dessa época, colocou-se contra medidas de arrocho salarial, defendendo que a redução dos custos de produção deveria dar-se pela racionalização produtiva. Foi um importante divulgador dos princípios tayloristas no Brasil, sendo em 1931 um dos fundadores do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), instituição voltada para a promoção de estudos sobre organização geral da produção, orientação profissional e higiene de trabalho.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, além da carreira de sucesso no âmbito empresarial, Simonsen foi-se tornando uma das principais lideranças industrialistas do país. A sua projeção no cenário público nacional teve início em 1919, quando, a convite do então Ministro da Agricultura, integrou a missão comercial enviada



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

à Inglaterra em junho desse ano. Nessa ocasião, Simonsen envolveu-se ativamente nos debates, proferiu discursos solicitando apoio técnico para a economia brasileira e escreveu artigos para a *Revista Times* divulgando oportunidades de negócios no Brasil. Ao longo dos anos de 1920, Simonsen participou no movimento de diversificação industrial então em curso, vindo a presidir o Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos em 1923. Em 1924, atuou como diretor da Cerâmica São Caetano e, em 1926, organizou as campanhas nacionais da borracha e dos artefatos de cobre. Um momento marcante na sua trajetória de liderança empresarial data de 1928, quando, perante divergências entre interesses industriais e comerciais no interior da Associação Comercial de São Paulo, participou na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP, posteriormente nomeada de FIESP) e se tornou o seu vice-presidente. O discurso proferido na fundação do CIESP, publicado sob o título de “Orientação Industrial Brasileira”, é considerado um marco na trajetória política e intelectual de Simonsen. Na ocasião, ele apresentou uma série de temas que seriam aprofundados ao longo das décadas de 1930 e 1940, em especial a afirmação da indispensabilidade da indústria para a independência econômica e política do país, o questionamento da ideia de “indústria artificial”, utilizada para rechaçar medidas protecionistas, e a reclamação de medidas protecionistas mais amplas.

No decênio de 1930, a inserção de Simonsen na esfera pública foi cada vez mais constante. Em 1932, envolveu-se ativamente na formação da Frente Única de São Paulo (FUP), que reivindicava a autonomia política do Estado e a reconstitucionalização imediata do país. Deflagrada a luta armada em julho desse ano, foi um dos principais responsáveis por adaptar o parque industrial paulista à economia de guerra. Findada a guerra civil, o governo Vargas viu-se obrigado a convocar uma Assembleia Constituinte, o que levou Simonsen a ser indicado como deputado classista, sendo reconduzido ao mesmo posto ainda em 1934. Entre 1935 e 1936, Simonsen presidiu o Centro Industrial do Brasil (CIB) e, em 1937, foi eleito presidente da FIESP, consolidando-se como a principal liderança industrialista do Brasil.

Data desse período a sua aproximação com o governo Vargas. Em 1937 foi nomeado membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente ligado à Presidência da República e incumbido de estabelecer a política econômica do Governo. Tal movimento não foi livre de impasses. À medida que se aproximava do aparelho estatal, Simonsen perdeu o apoio de alguns pares industriais, como se observou no protesto que ocasionou o desligamento de quase 300 empresas da FIESP em razão da sua reeleição para presidente da entidade em 1938. Já no Estado Novo, ingressou no Conselho Econômico do Estado de São Paulo. Em 1942 foi nomeado para o Conselho Consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica (CME), responsável pela organização da economia de guerra. Nesse ano, participou ainda na Comissão de Imposto Sindical, ligada ao Ministério do Trabalho. Em 1944, Simonsen tornou-se membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em cujo âmbito integrou a comissão responsável pela elaboração de um trabalho sobre os princípios que deveriam orientar o desenvolvimento comercial e industrial do Brasil. Tal documento propunha uma maior planificação da economia brasileira.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Dessa iniciativa originou-se o conhecido debate entre Simonsen e o economista liberal Eugênio Gudín, que fazia parte da recém-criada Comissão de Planejamento do Conselho de Segurança Nacional e ficou responsável por avaliar o tal relatório, rejeitando as propostas intervencionistas e planificadoras daquele.

Autor de uma obra esparsa e diluída entre discursos, produções técnicas e publicações em diferentes suportes, Simonsen construiu a sua trajetória intelectual associando-se a temas como o papel do Estado na economia, a defesa da industrialização como estratégia de superação do atraso e o lugar do planejamento estatal e de medidas protecionistas para o desenvolvimento econômico. Diferentemente de boa parte das leituras econômicas em voga na época, Simonsen privilegiou a interpretação histórica como chave de inteligibilidade dos problemas contemporâneos. A análise histórica como parte da argumentação econômica é uma das características dos seus escritos, já presente em *As crises no Brasil*, livro publicado em 1930, em que procura avaliar os impactos da crise de 1929 na economia brasileira. Nessa obra, Simonsen percebe que a crise brasileira resultava da comunhão de fatores externos com a falta de organização produtiva e administrativa interna, apontando uma interdependência entre a direção dos negócios públicos e o curso da economia privada. Esse livro pode ser considerado representativo da passagem entre uma perspectiva focada no tema da organização produtiva, já presente na sua produção desde os anos de 1910, para uma abordagem mais histórico-estrutural da economia brasileira, que se converteria na marca dos seus escritos nos anos de 1930.

A obra de Simonsen de maior alcance foi *História Econômica do Brasil (1500-1822)*, escrita em função das atividades docentes do autor, realizadas em 1936, no âmbito da cadeira de História Econômica do Brasil do Curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). A ELSP, instituição criada em 1933, na esteira do Movimento Constitucionalista, com a missão de qualificar a elite paulista nos “negócios de Estado”, teve Simonsen como um dos mais importantes fundadores. *História Econômica do Brasil* inscreve-se entre os eminentes ensaios de interpretação do país, acompanhando a tendência da época de procurar elaborar uma interpretação do Brasil que fosse capaz de elucidar os obstáculos à modernização e as raízes históricas do seu atraso. Tal qual outros autores da sua geração, Simonsen encontrou na história colonial as origens dos problemas a serem superados. Não obstante, diferente de muitos dos seus contemporâneos, compreendia que a especificidade da evolução econômica do Brasil era a de uma colônia voltada para as dinâmicas capitalistas em desenvolvimento, pois já era possível observar a preocupação mercantil de lucro desde a chegada dos primeiros europeus ao continente americano. Simonsen associou-se à tese de que a monarquia portuguesa se mostrou desde cedo uma forte organização de governo central. No início da sua história, os soberanos portugueses souberam assegurar à Coroa a maior soma de terras e de riquezas, mas a monarquia agrária portuguesa não perdurou. A tendência expansionista pela via marítima apresentava-se a única saída viável para o pequeno reino comprimido entre o mar e os reinos que mais tarde constituiriam a Espanha. Apesar de reconhecer que o comércio marítimo já se fazia presente desde fins do século XIII, sendo a pescaria, como diria Lúcio de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Azevedo, a primeira escola náutica, foi com a vitória do Mestre de Avis e com a fundação da Escola de Sagres que o ímpeto expansionista português teve maior vulto. Tal política não resultou de necessidade migratória, mas de um plano de governo que visava, ao mesmo tempo, a conquista de riqueza, a expansão da fé e a satisfação de uma nobreza cada vez mais inquieta e turbulenta. O pioneirismo português em matéria náutica é ressaltado pelo autor como um extraordinário serviço prestado por Portugal ao mundo. Entretanto, assim como a Espanha, Portugal pouco tiraria proveito das riquezas conquistadas pela expansão marítima, ao passo que sofreram, entre outros fatores, com a concorrência de países bem mais organizados e ativos, como Inglaterra, Holanda e França.

Simonsen estruturou a sua *História Econômica do Brasil* a partir da teoria dos ciclos econômicos e organizou os seus capítulos de modo a evidenciar cada uma das atividades econômicas do Brasil no período colonial e os seus efeitos sociais e demográficos. Como argumento central, o autor defendeu que, na condição de colônia, o Brasil nasceu fornecendo gêneros primários à metrópole, o que provocou sucessivas fases de riquezas acumuladas e, posteriormente, dilapidadas. O diagnóstico principal foi o de que as riquezas geradas pelos ciclos primários exportadores não eram permanentes, porque eram amplamente suscetíveis às flutuações do mercado internacional. Partindo de uma avaliação econômica da história colonial brasileira, Simonsen conseguiu demonstrar como as dinâmicas econômicas se relacionavam com as movimentos populacionais e os processos territoriais que deram forma e conteúdo ao Brasil. Para a avaliação da história econômica do Brasil segundo a teoria dos ciclos econômicos, adotou como principal referência a obra do historiador português João Lúcio de Azevedo. Segundo o autor, “Lúcio de Azevedo, em suas *Épocas de Portugal Econômico*, mostra os ciclos sucessivos em que gravitou, daí por diante, a economia portuguesa. O ciclo do açúcar em que Portugal pôde tomar novo alento (...), o ciclo do ouro e dos diamantes no século XVIII (...), a reação nacionalista, de Pombal, e finalmente, as atribuições providas das guerras napoleônicas que por tanto tempo desorganizaram o velho Portugal. Essas fases serão examinadas em conjunto com as etapas correspondentes da economia brasileira.” (R. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, 1978, p. 41). Simonsen empreendeu a avaliação dos períodos econômicos no sentido de questionar a lógica colonial, que reservava ao país o papel de mero fornecedor de gêneros primários, contradizendo a arraigada percepção da vocação agrária do Brasil e conferindo legitimidade à visão de que a superação do atraso brasileiro e o desenvolvimento autônomo do país somente se dariam a partir de um investimento massivo na indústria, tema melhor desenvolvido em trabalhos como *Evolução Industrial do Brasil* (1939). Embora menos celebrada do que obras como *Casa Grande & Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* firmar-se-ia como um dos primeiros ensaios de interpretação do Brasil a apontar a necessidade de perceber na experiência histórica colonial as raízes dos problemas econômicos contemporâneos. O livro foi lido por importantes autores da historiografia econômica do Brasil, como Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais, e foi apontado como uma das principais referências sobre o debate do “atraso” brasileiro.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

No período que seguiu ao fim da Segunda Guerra e ao esgotamento do Estado Novo, Simonsen concentrou-se no debate sobre o papel do planejamento e sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, temas que, mais tarde, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tomaria como objeto de avaliação mais sistemática, o que levou muitos analistas a situar Simonsen como um dos precursores das teorias desenvolvimentistas em voga nos anos de 1950. No processo de redemocratização, Simonsen colaborou com a criação do Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se senador por São Paulo em 1947. Na sua curta experiência parlamentar, destacou-se o voto favorável à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1946, tornou-se o primeiro economista a ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL). Foi na sede da ABL, em maio de 1948, quando saudava o Primeiro-Ministro da Bélgica, Paul van Zeland, que o empresário, economista, líder industrialista e historiador veio a falecer. A imagem de homem de ação, voltado para o trabalho, expressa nas matérias que noticiavam a sua morte, parece ter sido cristalizada pela historiografia dedicada ao pensamento e à ação de Roberto Simonsen.

**Bibliografia Ativa:** SIMONSEN, Roberto, *As Crises no Brasil*, São Paulo, São Paulo Editora, 1930; SIMONSEN, Roberto, *À margem da profissão*, São Paulo, São Paulo Editora, 1932; SIMONSEN, Roberto, *Aspectos da Economia Nacional*, São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1935; SIMONSEN, Roberto, *História Econômica do Brasil (1500-1822)*, 8ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978 (1ª ed., 1937); SIMONSEN, Roberto. *A indústria em face da economia nacional*, São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1937; SIMONSEN, Roberto, *Aspectos da história econômica do café*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1938; SIMONSEN, Roberto, *A evolução industrial do Brasil*, São Paulo, FIESP, 1939; SIMONSEN, Roberto, *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período após-Guerra*, São Paulo, FIESP, 1943; SIMONSEN, Roberto, *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, org. Edgar Carone, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973; SIMONSEN, Roberto, GUDIN, Eugênio e VON DOELLINGER, Carla, *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, 3ª ed., Brasília, IPEA, 2010.

**Bibliografia Passiva:** CURI, Luis Felipe Bruzzi, *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*, São Paulo, Alameda, 2015; CEPÊDA, Vera Alves, *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 2003; DIAS, Sônia, “Roberto Simonsen”. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2001; FANGANIELLO, Helena, *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*, São Paulo, FEA, USP, 1970; LIMA, Heitor Ferreira, *Mauá e Roberto Simonsen: pioneiros do desenvolvimento*, São Paulo, Edaglit, 1963; LIMA, Heitor Ferreira Lima, *História do pensamento econômico no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978; LUZ, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930*, 2ª ed., São Paulo, Alfa-



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ômega, 1975; MAZA, Fábio, *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*, São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 2004; RODRIGUES, Carlos Lopes, *A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudin*, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2005; SAES, Flávio Azevedo Marques de, "Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado". COELHO, Francisco da Silva e GRANZIERA, Rui Guilherme, *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959-2009)*, São Paulo, Atlas, 2009.

Robson Arruda de Araujo